

Seção Livre

Desenvolvimentismo, bonapartismo, populismo: balanço de debates

Murilo Leal Pereira Neto*

Resumo: Este artigo analisa os diferentes enfoques sobre a chamada "Era Vargas" propostos em trabalhos recentes que enfatizam o varguismo como épica de um herói nacional injustiçado, como bonapartismo e como manifestação de um projeto nacional desenvolvimentista. O balanço leva em consideração as contribuições e possíveis limitações de cada trabalho e, especialmente, seu posicionamento no debate político sobre o desenvolvimentismo e sua viabilidade como projeto de futuro.

Palavras-chave: Era Vargas; desenvolvimentismo; bonapartismo.

Abstract: This article analyzes the different approaches to the Vargas Era proposed in recent works that emphasize Vargas as an epic of an unjustified national hero, as Bonapartism and as a manifestation of a national-developmental project. The balance takes into account the contributions and possible limitations of each work and especially its position in the political debate on developmentalism and its feasibility as a project for the future.

Keywords: Era Vargas; Developmental; Bonapartism.

Este artigo tem por objetivo resenhar três livros sobre a "Era Vargas" lançados entre 2012 e 2014, portanto na vigência de governos do Partido dos Trabalhadores (PT), quando políticas desenvolvimentistas e distributivistas entraram novamente na agenda nacional. Embora os trabalhos apresentados tenham sido elaborados em anos anteriores e pouco se refiram diretamente aos governos petistas, é válido cogitar que um conjunto de questões suscitadas pelos treze anos de gestão Lula e Dilma anima a rerepresentação de temas já debatidos pelas ciências sociais sob uma nova luz e suscita o levantamento de aspectos até então pouco observados pelos analistas. A campanha de desgaste, difamação e o pedido de *impeachment* lançado contra o governo Vargas em seu segundo período, por exemplo, são acontecimentos que ganham uma carga de dramaticidade e provocam hoje um interesse que não despertariam em outro momento. Da mesma forma, a importância do balanço da natureza, possibilidades e limites do projeto nacional-desenvolvimentista, interrompido com o suicídio do presidente,

* Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Doutor Adjunto da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) – Campus Osasco – Departamento Multidisciplinar. Pós-Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Linha de Pesquisa História Social do Trabalho.

se atualiza. A ambição deste artigo, portanto, é evidenciar o quanto a leitura que fazemos do momento atual do Brasil, e mesmo a forma como pensamos o futuro, é profundamente influenciada pelo debate e a compreensão da Era Vargas e da própria biografia do controvertido personagem principal, seja para incorporar, seja para rejeitar seu legado. Finalmente, cabe dizer que o perfil muito diferenciado das três obras suscitou-nos algumas considerações sobre teoria e metodologia de pesquisa histórica, que apresentamos no decorrer do artigo. Os livros a serem comentados são: *Getúlio (1945-1954) – Da volta pela consagração popular ao suicídio*, de Lira Neto; *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964) – Um ensaio de interpretação histórica*, de Felipe Demier, e *A Era Vargas – desenvolvimentismo, economia e sociedade*, coletânea de artigos organizada por Pedro Paulo Zahluth Bastos e Pedro Cezar Dutra Fonseca.¹

O livro do jornalista Lira Neto compõe, com *Getúlio, dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930)* e *Getúlio, do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)*, uma trilogia lançada pela Companhia das Letras a partir de 2012.² É fruto, como informa o autor, de cinco anos de pesquisa "em regime de dedicação praticamente exclusiva",³ financiada pela própria editora e pela produtora de filmes RT Features, que adquiriu os direitos de adaptação para o cinema. Mobilizou volumosa e riquíssima variedade de fontes: fotografias, filmes, músicas, arquivos sonoros, charges, caricaturas, cartazes, panfletos, cópias de recortes de jornais e revistas, cartas, bilhetes, telegramas, memorandos, ofícios, inquéritos policiais-militares, anais parlamentares, processos judiciais, teses acadêmicas e livros eletrônicos, destacando-se a correspondência entre Getúlio e sua filha e articuladora política, Alzira Vargas. Essas informações ajudam a situar o projeto da trilogia de Lira Neto na produção social da memória histórica. Trata-se de um trabalho sofisticado e competente do gênero **jornalismo histórico**, praticado há alguns anos com sucesso por autores como Fernando Morais, Elio Gaspari, Domingos Meirelles, Eduardo Bueno, entre outros. Mais especificamente, o autor vem se especializando na biografia política, com trabalhos premiados sobre José de Alencar e Padre Cícero. Características dessa modalidade de produção de conhecimento do passado marcam, portanto, o trabalho de Lira Neto. Evidentemente, o autor não se dirige ao universo das ciências sociais, mas a um público amplo, curioso, que fará, talvez possamos dizer, uma leitura diletante, à procura de novas informações, de uma boa narrativa, para ser comentada na sala de estar. Não convém entediar este leitor com os problemas que dão corpo aos dois outros trabalhos comentados adiante, como, por exemplo: Os governos de Vargas eram variantes de um regime bonapartista? O nacional-desenvolvimentismo foi um projeto coerente, estabelecido já com a Revolução de 1930 ou um conjunto de políticas reativas sem maior articulação? É adequado qualificar estas políticas como "populismo"? O gênero praticado, portanto, é o de uma história "sem problemas", em oposição ao postulado dos historiadores da *História dos Annales*, e particularmente de Lucien Febvre, segundo o qual "(...) pôr um problema é precisamente o começo e o fim de toda a história. Se não há problemas, não há história. Apenas narrações, compilações".⁴

1 NETO, Lira. *Getúlio (1945-1954) – Da volta pela consagração popular ao suicídio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014; DEMIER, Felipe. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964) – Um ensaio de interpretação histórica*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (org.). *A Era Vargas – desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora da UNESP, 2012.

2 NETO, Lira. *Getúlio, dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; NETO, Lira. *Getúlio, do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

3 NETO. *Getúlio (1945-1954)*, p. 352.

4 FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 31.

Mais adequadamente, é preciso notar que os problemas que orientam a escrita do autor nesse volume estão contidos e são suscitados pela própria narrativa e pelo gênero de biografia política praticado. O enredo vai evoluindo como numa história épica em que o herói é deposto, lançado por seus inimigos ao ostracismo, conformando-se e vivendo espartanamente. Sua legenda, porém, é maior do que ele mesmo, e o herói retorna em triunfo nos braços do povo. Volta a ser atacado de maneira impiedosa, vil e desleal por opositores agindo frequentemente na surdina, e enredado involuntariamente pelo círculo de familiares e aliados próximos em uma obscura trama de interesses escusos e ambições, culminando a história com derramamento de sangue em uma emboscada, um assassinato e um suicídio. No núcleo luminoso do enredo, o herói não está só. Na ausência de um amor-paixão nessa fase de sua vida, o amor paternal e a relação com a filha Alzira conferem à trama o calor humano que uma boa história deve ter e facilitam e intensificam a identificação do leitor. A narrativa, portanto, aproveita recursos ficcionais para desenvolver a trama, em detrimento da apresentação e discussão dos problemas.

É claro que, mesmo indiretamente, a obra participa e participará do "diálogo" com outros textos e do renovado balanço da chamada "Era Vargas". Por um lado, a reportagem minuciosa busca o efeito de descortinar ao leitor a intimidade do grande personagem, descrevendo seus aposentos na estância Santos Reis, em São Borja, por exemplo, ou, ainda, tenta surpreender o público abrindo a caixinha das curiosidades e exibindo a relação entre Getúlio, e particularmente Alzira, e um *médium* ítalo-brasileiro que também oferecia consultas ao presidente Perón. Por outro lado, tem alcances que vão além do interesse do leitor leigo. Encontramos outra camada de leitura propiciada pelo mesmo estilo de reportagem densa, minuciosa, próxima dos eventos, da realidade empírica e não da preocupação em equacionar teorias ou conceitos em que às vezes nós, historiadores profissionais, nos enredamos. Esta talvez seja a maior contribuição do jornalismo para a memória histórica: pressioná-la a uma revisão do conhecimento não pelo debate das questões, mas pelo volume de detalhes e intensidade narrativa atribuída a episódios já conhecidos ou menos destacados. Embora não discuta os problemas, suscita-os.

Assim, a difícil questão do apoio popular a Vargas, analisado pelos cientistas sociais ora como fruto do carisma, ora como resultado da propaganda, ora como manifestação da ausência de uma consciência política de classe, ora como evidência de um pacto social, é recolocado ao final da narrativa envolvente de episódios como o desembarque do ex-ditador no aeroporto Santos Dumont, em 1º de junho de 1946, comparável em vibração e na magnitude da multidão à chegada do astro hollywoodiano Tyrone Power.⁵ O que Lira Neto parece querer sugerir é: Vargas teve, nos anos 1950, um imenso, massivo e apaixonado apoio popular. Vamos nos debruçar sobre este fato? É possível compreendê-lo como resultado de uma construção promovida pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) no Estado Novo? Não parece provável. É possível atribuí-lo a uma falta de consciência de classe verdadeira dos trabalhadores? Não parece suficiente. A narrativa abstém-se de debater essas indagações, mas não deixa de trazer elementos preciosos para sua reconsideração e nem de enfraquecer algumas teses e encorajar outras.

Não arriscando interpretações, o texto de Lira Neto traz elementos que tanto podem embasar quanto infirmar teses apresentadas nos outros trabalhos aqui comentados. Por exemplo: em sua análise da reforma ministerial de junho

5 NETO. *Getúlio (1945-1954)*, p. 79.

de 1953, Lira observa: "Getúlio fazia a última aposta na retórica do consenso e da imagem de uma gestão aberta às diferenças, supostamente acima das ideologias e dos partidos",⁶ reforçando a hipótese defendida por Felipe Demier de que se tratava de um "regime bonapartista". Na direção contrária, a caracterização do bonapartismo como um regime "pré-hegemônico" não parece consistente com a descrição da intensa disputa política e eleitoral na campanha de 1950, com Vargas tendo de tecer aliança com Adhemar de Barros em São Paulo, percorrendo todos os estados da federação e pregando um programa de nacionalização das riquezas naturais, limitação da ingerência das empresas estrangeiras, ampliação dos direitos do trabalhador, subordinação da propriedade da terra ao bem-estar do homem do campo.⁷ Da mesma forma, se toda a engenharia política e financeira para lançar o jornal *Última Hora*⁸ não era luta por hegemonia política e cultural, é difícil entender a serventia do conceito.

Esses são alguns exemplos de como o trabalho de Lira Neto pode "dialogar" com os debates das ciências sociais sobre a Era Vargas. A questão central do livro, porém, parece ser outra: jogar luz sobre a trama da deposição de um presidente, eleito democraticamente, por ampla maioria, objeto de apoio e devoção popular, alvo de um processo de *impeachment*, vítima de uma campanha maciça de calúnias da imprensa escrita e televisionada, de uma oposição impopular, incapaz de chegar ao governo pelo voto e, conseqüentemente, declaradamente golpista e de interesses econômicos nacionais e internacionais contrariados com medidas como o reajuste do salário mínimo e a criação de mais uma empresa estatal, a Eletrobrás. Tudo isso soa dramaticamente atual.

Um último comentário sobre as fontes pesquisadas e usadas pelo autor nesse volume. Sua multiplicidade enriquece, dá pulsação à reconstrução dos acontecimentos narrados e incita novas reflexões. Porém, o propósito de traçar a biografia de um personagem político de destaque, aproximando o leitor do drama privado do homem público, tem como implicação privilegiar no trabalho um tipo de fonte: a correspondência trocada entre Getúlio e Alzira e os escritos desta "sobre episódios da trajetória política e da vida familiar de Getúlio Vargas", ambos depositados no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Esse material se impõe, com cerca de 195 citações ao longo dos capítulos, definindo a perspectiva predominante no desenrolar da trama. Trata-se de um efeito semelhante ao que a documentação doada por Golbery do Couto e Silva e Heitor Ferreira de Aquino a Elio Gaspari imprime à obra do autor: às vezes o detalhamento da trama palaciana distorce, ao invés de esclarecer, o sentido do processo histórico. Talvez seja a ilusão sobre o valor de acesso a uma fonte privilegiada.

No extremo oposto do espectro político e metodológico do debate sobre a "Era Vargas" e o tempo presente, encontra-se o doutorado do historiador Felipe Demier. O que falta no trabalho de Lira Neto, excede no de Demier. O *longo bonapartismo* não mobilizou fontes primárias e não narra acontecimentos – discute persistentemente um problema e defende uma tese. Propõe-se a "(...) trazer à tona (...) de forma explícita e destacada essa categoria de bonapartismo, demonstrando como ela pode se constituir em um importante – e talvez no mais adequado – eixo teórico de interpretação do processo político brasileiro transcorrido entre o fim da Primeira República e o Golpe de Estado de 1964".⁹ Do ponto de vista político, das

6 NETO. *Getúlio (1945-1954)*, p. 246.

7 NETO. *Getúlio (1945-1954)*, p. 195.

8 NETO. *Getúlio (1945-1954)*, p. 222-223.

9 DEMIER. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964)*, p. 24.

três obras aqui comentadas, é a única que estabelece uma linha divisória marcante entre o passado e o presente. Segundo Demier, o que estamos aqui designando genericamente de "Era Vargas" deve ser interpretado conceitualmente como "regime bonapartista" – configuração sociopolítica que teria sobrevivido ao próprio Vargas, mas, finalmente, sido substituída, nos governos FHC e Lula, por regimes democrático-burgueses propriamente. Além de assinalar uma ruptura histórica objetiva entre o tempo de Vargas e o nosso, Demier localiza seu projeto científico-político criticamente e fora das questões, implicações e experiências do nacional-desenvolvimentismo e do populismo/trabalhismo, ao contrário dos dois outros livros.

O *Longo Bonapartismo* filia-se a uma extensa linhagem de autores brasileiros e latino-americanos marxistas, trotskistas, ou influenciados em sua formação por essas correntes, que adotaram a categoria "bonapartismo" ou criaram outras nela inspiradas, como "Estado de compromisso", para explicar fenômenos como os governos Vargas, Perón e Cárdenas. No Brasil, cientistas sociais como Francisco Weffort, Boris Fausto e o brasilianista Robert Rowland, empregam a categoria "Estado de compromisso", enquanto Leôncio Martins Rodrigues, Mário Pedrosa, Rui Mauro Marini, mantiveram o conceito original. Na Argentina, pensadores de distintas correntes trotskistas ou próximos, adaptaram o conceito para explicar o fenômeno peronista desde 1948, destacando-se Nahuel Moreno, Milcíades Peña e Silvio Frondizi.¹⁰

Como se sabe, a categoria começou a ser elaborada por Marx em *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, foi empregada por Engels para explicar o regime estabelecido por Bismarck na Alemanha recém-unificada e apareceu com vigor na obra de Leon Trotsky para qualificar o regime estalinista e outros regimes que, segundo o autor, transitavam entre a democracia burguesa e o fascismo na Europa dos anos 1930. Ao instalar-se no México, a partir de janeiro de 1937, Trotsky empregou a mesma categoria para qualificar regimes como os de Vargas e Cárdenas, chamando-os de "bonapartismo sui generis".¹¹

A partir da leitura desses autores, o trabalho de Demier apresenta uma boa síntese das condições essenciais para a emergência do bonapartismo:

- a) Exacerbação da luta de classes, dilaceração social;
- b) Ameaça real ou potencial do proletariado à ordem burguesa;
- c) Aguda divisão social, impasse político, "crise de hegemonia";
- d) Elevação do aparelho de Estado acima dos grupos e classes conflitantes;
- e) Abdicação pela burguesia das funções de direção política para manter a dominação social.¹²

Entendemos, entretanto, que o autor opera uma modificação fundamental no sentido da utilização da categoria, empregando-a para qualificar os diferentes regimes que vão da Revolução de 1930 ao governo Collor, portanto trabalhando na longa duração e não apenas em conjunturas em que se apresentem as cinco condições elencadas acima. Demier está consciente de que o bonapartismo vem a

10 Ver o tópico "El peronismo como bonapartismo" em: TARCUS, Horacio. *El marxismo olvidado en La Argentina*: Silvio Frondizi y Milcíades Peña. Buenos Aires: Ediciones El Cielo por Asalto, 1996, p. 299-304.

11 TROTSKY, Leon. "A indústria nacionalizada e a administração operária". In: *Escritos Latino-americanos*. São Paulo: Edições Iskra; Buenos Aires: CEIP, 2009, p. 139 e TROTSKY, Leon. "Discussão sobre a América Latina". In: *Escritos Latino-americanos*. São Paulo: Edições Iskra; Buenos Aires: CEIP, 2009, p. 119-120.

12 DEMIER. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964)*, p. 33.

ser "(...) ao menos nas nações centrais do capitalismo, uma forma de regime e de governo excepcional e transitória, não obstante presente várias ocorrências e, por vezes, uma significativa duração temporal".¹³ A justificativa para a adaptação do conceito a um processo de longa duração seria a natureza da via de modernização capitalista no Brasil, caracterizada por particularidades tais como força do aparelho burocrático-estatal; debilidade organizativa da sociedade civil; hipertrofia do Poder Executivo; destacado papel das Forças Armadas na vida política nacional; ausência de partidos ideologicamente delimitados; forte tendência ao compromisso, ao nível do Estado, entre as frações sociais dominantes quando ameaçadas.¹⁴ Assim, se privilegiarmos o ângulo das relações entre Estado e sociedade, fica evidente que a tese de Demier pode ser situada em uma família maior de intérpretes que atribuem ao Estado um papel central na formação histórica brasileira, como, por exemplo, Raimundo Faoro, com a tese do Estado patrimonialista, numa linhagem weberiana.

O próprio autor apresenta os procedimentos metodológicos válidos para a realização da boa pesquisa científica e esse pode ser um ponto de partida para o diálogo com o seu trabalho.

Demier acertadamente nos lembra que "(...) a questão decisiva e realmente relevante é sempre saber se os fenômenos estudados pelos cientistas sociais são ou não passíveis de serem trabalhados pelo arcabouço conceitual que eles escolheram/formularam, isto é, se as escolhas/formulações categoriais feitas estão ou não adequadas para o trato das realidades concretas abordadas".¹⁵ Face a essas considerações, pretendemos argumentar que o processo de modernização capitalista no Brasil a partir dos anos 1930 não se distingue, contínua e nitidamente, pelas cinco características do bonapartismo mencionadas acima.

Outra advertência metodológica é apresentada com a transcrição, em epígrafe, da célebre reflexão de Marx sobre a distinção entre método de exposição e método de pesquisa, na qual se destaca o seguinte: "A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real".¹⁶ Pretendemos argumentar que a ideia do "longo bonapartismo" não se apodera da matéria em seus pormenores, restando inexplicáveis aspectos centrais do fenômeno estudado, a via de modernização capitalista no Brasil. O próprio autor está ciente de que oferece ao leitor um "ensaio de interpretação histórica", como esclarece o subtítulo do livro: "Evidentemente, a categoria que apresentamos de uma *via bonapartista da modernização capitalista do Brasil* carece de um desenvolvimento analítico, o que só poderá resultar do avanço das pesquisas empíricas sobre contextos políticos específicos do recorte temporal proposto".¹⁷ Ocorre que as pesquisas empíricas já existentes não autorizam ou pelo menos exigem maior flexibilidade e novas soluções para quadros interpretativos elaborados pelo autor, como veremos adiante.

Finalmente, uma terceira consideração metodológica diz respeito aos riscos do método analógico de investigação científica. Ao justificar a recorrente analogia com a França de 1848, analisada por Marx em textos como *A luta de classes na França* e *O 18 brumário de Luís Bonaparte*, e o processo brasileiro, Demier reconhece:

13 DEMIER. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964)*, p. 39.

14 DEMIER. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964)*, p. 220.

15 DEMIER. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964)*, p. 50.

16 DEMIER. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964)*, p. 219.

17 DEMIER. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964)*, p. 220.

Toda analogia é, de certa forma, problemática, já que forçosamente os possíveis pontos de encontro são priorizados analiticamente em detrimento das inúmeras diferenças que qualquer comparação histórico-temporal faz saltar aos olhos e que, à primeira vista, desestimulam o próprio exercício analógico. Por encerrarem sempre algum grau de esquematismo, as analogias históricas são cientificamente arriscadas. Arrisquemo-nos".¹⁸

A nosso ver, o autor força em demasia o método analógico, em detrimento da reconstrução da matéria em seus pormenores.

Para avaliarmos a adequação da categoria "longo bonapartismo" ao fenômeno estudado, partamos dos cinco pontos da síntese conceitual elaborada pelo autor.

A primeira condição para a emergência do bonapartismo seria a exacerbação da luta de classes. Tomando os três contextos clássicos para os quais Marx e Trotsky empregaram a categoria, "exacerbação da luta de classes" quer dizer "revolução social": Revolução Francesa de 1789, revoluções francesas de 1848 (política em fevereiro, social em junho), Revolução Russa de 1917. O impacto desses processos na configuração, no peso específico e na relação das classes na sociedade civil e com o Estado são excepcionalmente intensos e podem explicar a autonomia relativa adquirida pelo poder estatal, elemento central na tese do bonapartismo. Pode-se admitir, *mutatis mutandis*, que tenha ocorrido uma "exacerbação da luta de classes" no Brasil manifestada nas "revoluções" de 1930 e 1932, no levante comunista de 1935 e integralista de 1938, mas esse fator perde muito de seu poder explicativo para a conjuntura 1945-1964 e não é central na extensão de todo o período até a Constituinte de 1988 ou o governo Collor. Na ausência de uma revolução social da magnitude da francesa ou russa e de uma exacerbação permanente da luta de classes analisável empiricamente, o argumento de que a burguesia industrial brasileira teria abdicado de ambições políticas e de um projeto político próprio deve, então, ser sustentado em fatores bem menos verossímeis, tais como "a ameaça potencial" do proletariado ou uma propensão intrínseca, irremediável e mesmo geneticamente contrarrevolucionária da classe dominante.¹⁹

A segunda condição para a emergência do bonapartismo é a ameaça real ou potencial do proletariado à ordem burguesa. Como no item anterior, é importante ponderarmos aqui o que representava "ameaça do proletariado" no modelo do bonapartismo clássico para avaliar o que isto pode ter representado no Brasil no longo período que vai de 1930 a 1988. No *18 Brumário*, Marx estava se referindo a um levante proletário que reuniu de 40 a 50 mil homens armados contra um dispositivo militar de 150 mil soldados.²⁰ Ao desenvolver a categoria do "bonapartismo soviético", Trotsky estava se referindo à possibilidade de reativação

18 DEMIER. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964)*, p. 116.

19 Talvez seja um arroubo retórico, mas o autor emprega a metáfora de uma burguesia contrarrevolucionária por condição genética em algumas passagens, como, por exemplo: "Politicamente dividida, levemente incomodada com o crescimento do fascismo e, sobretudo, ainda bastante temerosa da ameaça proletária, a timorata classe dominante brasileira, **geneticamente contrarrevolucionária**, abriria gradativamente mão da faculdade de *dirigir* a nação – faculdade esta, aliás, que ela nunca havia exercido" (p. 118). Mais adiante, refutando que "a ideologia pequeno-burguesa do populismo" tenha sido uma ideologia burguesa, afirma o autor: "Pelo contrário, as diversas frações burguesas (inclusive a industrial), **todas geneticamente antipopulares**, jamais a viram com bons olhos, e procuraram sempre formular suas próprias ideologias (autoritárias, liberal-oligárquicas, liberal-autoritárias, etc.)" (p. 200).

20 Cf. MARX, K. "La revolución de junio". In: MARX, K.; ENGELS, F. *Las revoluciones de 1848*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1989 p. 80-83 e ENGELS, F. "La revolución de junio en Paris". In: MARX; ENGELS. *Las revoluciones de 1848*, p. 56-79.

dos soviets, animados por uma oposição de esquerda, em uma sociedade em que esses organismos de democracia proletária haviam funcionado até menos de uma década antes da ascensão do stalinismo. Atribuir o mesmo peso à intervenção do proletariado brasileiro, por exemplo, no apoio à Aliança Nacional Libertadora é confundir-se na medida da análise histórica. Além do mais, a ideia de uma "ameaça potencial do proletariado" pode ser enganadora. Desde a ameaça de um levante de escravos do tipo "haitiano", no século XIX, até o perigo da eclosão de uma revolução "à cubana", a partir de 1959, o fantasma de "uma ameaça potencial" dos trabalhadores aparece aqui e ali no discurso de frações da classe dominante e serviu a diferentes propósitos. Não quer dizer que durante todo esse tempo o *leitmotiv* do comportamento político da burguesia tenha sido o medo de um levante popular ou proletário, convencendo-a sempre a trocar o exercício do poder político pela proteção do poder do Estado. O jogo político parece ter sido mais complicado, com alternância de comportamentos defensivos com outros mais ousados, conforme as conjunturas. Os trabalhadores não apenas não foram identificados sempre como uma ameaça, mas foram até cortejados, chamados à participação política e mesmo organizados, de forma controlada, mas arriscada, por uma série de lideranças políticas que representavam direta ou indiretamente frações da classe dominante.

A terceira condição para a emergência do bonapartismo é a vigência de uma aguda divisão social, em que "nenhuma das frações da classe dominante possui as condições de impor um projeto político à sociedade", instaurando-se, conseqüentemente, uma "crise de hegemonia". Parece mais adequado às evidências apresentadas por pesquisas como a de Sônia Draibe,²¹ Maria Antonieta Leopoldi²² e as reunidas no volume sobre a "Era Vargas" que comentaremos a seguir, aceitar que o "Estado de compromisso" no sentido de um Estado que não representa os interesses hegemônicos de nenhuma das classes fundamentais, possa ter tido duração da Revolução de 1930 ao Estado Novo, sendo posteriormente transformado em um Estado preponderantemente comprometido com um tipo de industrialização cujo escopo foi definido na luta por uma aliança de um conjunto de demandas ora convergentes, ora conflitantes. O poder de atração do projeto nacional-desenvolvimentista como correspondente às mais altas aspirações de toda a Nação é a maior evidência da capacidade de um determinado bloco de classes "impor um projeto político à sociedade" e de "dirigi-la segundo seus interesses e preceitos particulares".²³ É verdade que não tivemos uma revolução burguesa no Brasil, como afirmam Demier e a grande maioria dos intérpretes de nossa formação social e que, portanto, o projeto industrializante e modernizador não se impôs de maneira estável e prolongada. A ideia, porém, de um regime "pré-hegemônico", como pretende o autor, se compatibiliza mal com as complexas articulações entre classes, frações de classes, organizações estatais (burocracia civil e militar) e da sociedade civil (imprensa, sindicatos patronais e de trabalhadores, Igreja, associações de bairro e outras), partidos (alianças PSD-PTB, aliança UDN-PSD) que foram estabelecendo os limites do que era possível ou não realizar na política e na economia na conjuntura 1945-1964. A categoria de "hegemonia precária", proposta por Ruy Braga, parece mais adequada.²⁴ Também

21 DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses – Estado e industrialização no Brasil, 1930-1960*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

22 LEOPOLDI, Maria Antonieta. *Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

23 DEMIER. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964)*, p. 33.

24 BRAGA, Ruy. *A política do precariado; do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 118

é verdade, como argumenta Demier, que o populismo não foi propriamente uma ideologia da burguesia industrial, não foi formulado pelas organizações controladas pelo empresariado industrial, como a FIESP, o SENAI e o SESI, por exemplo. Estas, como argumenta Weinstein, eram antipopulistas "e aspiravam a construção de uma cultura alternativa não proletária, dentro e fora dos limites da fábrica".²⁵ Mas é preciso considerar que na transformação de interesses particulares em interesses gerais ocorre o que Gramsci designava como *catarse*. O fenômeno político consiste propriamente em uma transformação em que os interesses particulares se apresentam como interesses gerais, em operação promovida especificamente pelos *intelectuais*. O que estamos afirmando, portanto, é que o populismo, trabalhismo, nacional-estatismo ou nacional-desenvolvimentismo, como queira se chamar, foi formulado por intelectuais cujo horizonte político expressou a hegemonia (precária) do projeto de modernização de uma das classes fundamentais em conflito na sociedade brasileira, a burguesia industrial em uma coalizão de poder determinada. Enfim, se a pesquisa histórica não nos permite falar em industriais reunidos e mobilizados em associações de classe, homoganeamente conscientes de seus interesses, proclamando um "manifesto populista" dirigido à sociedade brasileira, apresentando-nos mais uma aproximação de determinadas lideranças com políticos e burocracia civil e militar, muito menos nos autoriza a enquadrar todo o processo na ideia de uma autonomia bonapartista do Estado.

A quarta condição para a emergência do bonapartismo, segundo a síntese de Demier, é que o aparelho de Estado eleve-se sobre os grupos e classes conflitantes. Como já sinalizado anteriormente, a tese do "longo bonapartismo", mesmo talvez não intencionalmente, inscreve-se em um longo debate sobre a formação social-histórica brasileira, opondo os que atribuem ao Estado um papel estruturante e os que enfatizam o papel das classes e grupos sociais.²⁶ Não se pode afirmar que a polêmica esteja resolvida e o trabalho de Demier incita novos desdobramentos da discussão. A nosso juízo, a categoria "longo bonapartismo", da maneira como é apresentada, não parece adequada a certas evidências empíricas e a estudos sobre o período. Mesmo quando essa categoria é desdobrada em subcategorias como "semibonapartismo oligárquico", "regime bonapartista semiparlamentar" e "bonapartismo semifascista".

Em suas considerações teóricas sobre o bonapartismo, o autor sublinha, como um de seus aspectos definidores, o fato do Poder Executivo "tornar-se praticamente onipotente, concentrando em suas estruturas constitutivas, sobretudo na figura do chefe de Estado, um *quantum* de poder exorbitantemente desproporcional em relação aos demais poderes de Estado".²⁷ Essa ideia pode ser adequada para se compreender um dos vetores determinantes na relação de forças do período em questão, mas quando associada ao pressuposto da genética incapacidade e inapetência da burguesia para o exercício do poder político, distorce e desequilibra nossa compreensão do movimento real. A ideia de que, com a crise da dominação da burguesia cafeeira e a ascensão de Vargas, o Estado "não assumiu (...) a condição de instrumento político de alguma outra classe ou fração de classe

25 WEINSTEIN, Barbara. *(Re)Formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Cortez: CDAPH-IFAN-Universidade São Francisco, 2000, p. 243.

26 Penso aqui em trabalhos como os de Miriam Dolhnikof, que opõe à ideia da centralização imperial a de um "pacto federalista". Cf. DOLHNIKOFF, Miriam. "O lugar das elites regionais". *Revista USP*. São Paulo: Universidade de São Paulo, n. 58, p. 116-133, jun./ago. 2003 e o de Adalberto Cardoso, que defende que Vargas construiu seu projeto herdando um Estado capitalista frágil, oligárquico e antissocial. Cf. CARDOSO, Adalberto. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

27 DEMIER. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964)*, p. 36.

em particular",²⁸ sofre contraponto, por exemplo, na interpretação da coalizão de classes que deu sustentação ao nacional-desenvolvimentismo, desenvolvida sob ângulos de análise diversos em artigos do livro *A Era Vargas – desenvolvimentismo, economia e sociedade*, a ser analisado a seguir.

O resumo de todo o debate pode ser posto nos seguintes termos: o projeto nacional-desenvolvimentista foi um projeto do Estado bonapartista imposto às classes dominantes, impotentes de formulá-lo por conta própria, (segundo o autor "se, antes de 1930, a classe dominante brasileira não precisou ser dirigente, depois de 1930, ela não conseguiu ser dirigente") ou foi o projeto das classes dominantes representadas e articuladas de diversas formas por dentro do Estado? Como interpretar a participação de nomes da burguesia industrial, como Ricardo Jafet, Horácio Lafer, Euvaldo Lodi, Edmundo Macedo Soares ou de "intelectuais orgânicos" como Rômulo de Almeida (diretor da Confederação Nacional da Indústria) na Assessoria Econômica de Vargas ou do empresariado nos Grupos Executivos do governo Kubitschek? Demier explica o fenômeno argumentando que, no Estado Novo, Vargas conquistava apoio crescente da *massa burguesa*, conseguindo, assim, cooptar empresários para o seu "séquito bonapartista".²⁹ Por outro lado, toda a luta político-parlamentar, especialmente no período democrático (1945-1964), mas também em alguns períodos do regime ditatorial (1964-1985), entendida como representação de interesses, alianças, coalizões, poder de veto da burguesia, é pouco valorizada. Assim, a ideia, transportada da tese original sobre o bonapartismo, de que nesse regime a classe dominante teria abdicado das funções de domínio político para manter a dominação social, exercendo uma dominação política indireta sobre as demais classes sociais, esvazia muito o poder real, político e econômico da burguesia brasileira, e simplifica demais os inúmeros conflitos em torno de questões cruciais da política macroeconômica e das estratégias de desenvolvimento que a burguesia não delegou ao Estado e só delegaria em situações realmente excepcionais.

A análise de Demier é sofisticada o suficiente para escapar de uma imagem do Estado todo poderoso substituindo permanentemente a dominação direta das classes. Reconhece que a arquitetura institucional corporativista edificada no Estado Novo possibilitou "que a fração industrial do capital obtivesse a hegemonia no interior dos grupos dominantes ('função hegemônica') – embora, reiteramos, estivesse longe de ter obtido uma 'hegemonia' propriamente dita (sobre o conjunto do tecido social)".³⁰ O que seria a "hegemonia propriamente dita", senão a vitória do projeto nacional-desenvolvimentista nas urnas, a prevalência da aliança PSD-PTB no poder, o crescimento do peso parlamentar do PTB ao longo do período?

Empregando, portanto, o recurso de comentar o trabalho de Demier tomando como referência os critérios metodológicos adotados pelo próprio autor, acreditamos que o primeiro critério, da adequação do arcabouço conceitual à realidade, pode ser questionado, como vimos.

O segundo critério refere-se ao postulado metodológico de Marx, citado anteriormente neste artigo, uma das formas pelas quais a investigação se apodera da matéria, certamente é "dialogando" crítica e intensamente com a pesquisa científica mais atual. Nesse sentido, trabalhos que poderiam levar o autor a ponderar sobre as relações entre Estado e sociedade no Brasil no período nacional-desenvolvimentista a partir de uma consideração do papel ativo da

28 DEMIER. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964)*, p. 75.

29 DEMIER. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964)*, p. 135.

30 DEMIER. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964)*, p. 164.

burguesia industrial na formulação do escopo, natureza e calibragem do projeto de industrialização, como os de Sonia Draibe e Maria Antonieta Leopoldi, entre outros, não foram considerados. Na área de estudos da História Social do Trabalho, as pesquisas mais recentes são conhecidas e levadas em conta pelo autor, mas algumas de suas conclusões principais, sobre o papel ativo da classe trabalhadora e das classes populares na configuração do "populismo", "trabalhismo" ou "nacional-estatismo" (manteremos por enquanto essas categorias alternativas) são rejeitadas, esposando, o autor, o desgastado modelo da "teoria do populismo" praticamente na íntegra. Está presente a ideia de uma "incorporação subalterna das massas populares à vida institucional do país" por meio da repressão à vanguarda política, da construção de uma estrutura sindical de inspiração fascista e de uma vasta legislação social e política atendendo às demandas mais importantes da classe trabalhadora urbana.³¹ É reiterada, também, uma ideia, algo unilateral face aos estudos mais recentes, de uma "manobra/manipulação das massas pela cúpula burocrática dirigente", chave na "teoria do populismo" tal como formulada por Weffort e Ianni. Os estudos thompsonianos, criticados pelo autor, são um campo de pesquisa aberto, e não se pautam, ou não se pautam todos, pela concepção teleológica de que as lutas dos trabalhadores do período populista eram motivadas pela busca de cidadania. Mas sim, afirmam todos que a consciência de classe construída pelos trabalhadores era uma "legítima consciência de classe", uma vez que, para Thompson, a problemática da classe "em si" e "para si" e das formas "legítimas" e "ilegítimas" de consciência não é pertinente.

Finalmente, quanto ao método analógico, para finalizar este tópico, cabe frisar que, a nosso ver, é empregado pelo autor como se houvesse uma espécie de *isomorfismo* entre a situação da França em 1848 e a do Brasil em 1930, algo que não foi bem fundamentado. O recurso extensivo e reiterado ao texto de Marx não convence o leitor de que o conceito de *longo bonapartismo* é adequado à história da formação socioeconômica brasileira, mas apenas que o texto e o estilo de análise do autor é semelhante e compatível com o de Marx.

Assim, o mérito do trabalho está na notável pesquisa bibliográfica, mais evidente na tese original de doutorado; na séria problematização e reflexão crítica sobre nossa formação social-histórica; na percepção de uma ruptura do processo histórico e de uma mudança decisiva na relação entre Estado e sociedade com a Revolução de 1930; bem como na crítica ao projeto nacional-desenvolvimentista empregando categorias como "burguesia", "proletariado", "Estado burguês", "modernização capitalista". A forma como o conceito de bonapartismo é transposta, a ideia de um *longo bonapartismo*, a forma como a tese foi apresentada e defendida não parecem, entretanto, convincentes.

O mais instigante dos três livros, pela abrangência temática, diversidade das perspectivas apresentadas, atualidade do debate e natureza multidisciplinar do conjunto de articulistas,³² vem a ser *A Era Vargas – desenvolvimentismo, economia e sociedade*. Trata-se de uma coletânea reunindo doze artigos de professores, em sua maioria titulares, de instituições de ensino do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Alguns textos são versões integrais ou modificadas publicadas em revistas especializadas, outros são versões de capítulos de teses de doutorado e outros, finalmente, inéditos. Os organizadores, Pedro Paulo Zahluth Bastos (Unicamp) e Pedro Cezar Dutra Fonseca (UFRGS) comparecem com três textos

31 DEMIER. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964)*, p. 94.

32 O projeto reúne trabalhos de economistas especializados em História Econômica, historiadores, cientista político, socióloga, alguns autores com formação multidisciplinar.

cada, além da apresentação assinada por ambos, definindo, assim, a linha interpretativa dominante no volume. Os demais autores e autoras são Ângela de Castro Gomes (UFF e FGV-RJ), Francisco Luiz Corsi (Unesp), Jorge Ferreira (UFF), Ligia Osório Silva (Unicamp), Luiz Carlos Bresser-Pereira (FGV-SP) e Wilson Cano (Unicamp). Analisaremos a obra a partir de dois eixos temáticos: avaliação do legado da Era Vargas e interpretação e debate sobre a natureza e os significados do projeto nacional-desenvolvimentista.

Sobre o primeiro eixo, a proposição que dá tom ao livro é apresentada claramente por Pedro Paulo Zahluth Bastos no capítulo *A construção do nacionalismo econômico de Vargas*: "Várias décadas depois, é difícil afirmar que a força material dessa herança ideológica, com suas lições, contradições, desvios e dilemas históricos, esteja esgotada, saibam ou não os que dela são herdeiros".³³

O "legado de Vargas" é recuperado, repensado e defendido em oposição aos pressupostos da ortodoxia neoliberal hoje hegemônica, por um lado e, mais claramente nos artigos dos organizadores do volume, em polêmica com a visão de que o desenvolvimentismo teria se engendrado "sem projeto", meramente reagindo a crises e adversidades produzidas pelo mercado. Assim podemos compreender o sentido dos capítulos *Gênese e precursores do desenvolvimentismo*, no qual Dutra Fonseca mapeia as correntes de pensamento socioeconômico, que, desde o século XIX, constituíram matrizes do que depois seria reunido no projeto desenvolvimentista e *Instituições e política econômica: crise e crescimento do Brasil na década de 1930*, em que o autor propõe considerar as instituições responsáveis pelas políticas do desenvolvimentismo – e não as políticas macroeconômicas chamadas "instrumentais" – como o indicador mais seguro da existência de um projeto nacional-desenvolvimentista articulado. Com essa argumentação, Dutra Fonseca parece querer dizer: para que se tenha desenvolvimento, é preciso formular um projeto desenvolvimentista, criticando-se os princípios da política econômica neoliberal, e arquitetando-se instituições capazes de sustentá-lo.

O patrimônio varguista é, também, defendido no artigo de Bresser-Pereira, *Getúlio Vargas: o estadista, a Nação e a Democracia*, em polêmica com os adversários, pela esquerda e pela direita, do populismo e do nacionalismo: os intelectuais da Escola de Sociologia da USP e os neoliberais.³⁴ Para o autor, a referida herança consiste, basicamente no "pacto político nacional-popular de 1930":³⁵ "Será a construção de um acordo nacional para refundar a nação e transformar o Brasil em Estado-nação autônomo, a grande realização política de Vargas".

No artigo *Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo*, Jorge Ferreira defende com vigor a atualidade do projeto trabalhista: "As elites brasileiras – empresários, políticos, intelectuais, militares, sindicalistas, etc. – ainda não conseguiram formular alternativas ao projeto trabalhista que surgiu com Vargas e se consolidou na década de 1950. Discutir Getúlio, o PTB e o trabalhismo, portanto, é refletir sobre que tipo de projeto econômico e social

33 BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. "A construção do nacionalismo econômico de Vargas". In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (org.). *A Era Vargas – desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora da UNESP, 2012, p. 294.

34 BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. "Getúlio Vargas: o estadista, a Nação e a Democracia". In: BASTOS; FONSECA (orgs.). *A Era Vargas*, p. 94.

35 O modelo dos "ciclos da sociedade e do Estado" e dos "pactos políticos" é apresentado concisamente no artigo "Brasil, sociedade nacional-dependente", *Novos Estudos CEBRAP*, n. 93, julho 2012, p. 101-121 e exaustivamente no livro *A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a independência*. São Paulo: Editora 34, 2015.

queremos para o Brasil".³⁶ O autor defende a ideia da permanência da influência do projeto trabalhista na cultura política das esquerdas brasileiras, presente na exigência da manutenção das leis sociais, na luta pela reforma agrária, na defesa da Petrobras, entre outras manifestações.³⁷

Por outro lado, a herança varguista é avaliada de forma crítica no texto de Ângela de Castro Gomes, *Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas*. A autora examina as aquisições da "Era Vargas" pela perspectiva do "enquadramento da memória", indagando sobre seu poder de conservação no tempo. Não se trata, nesse caso, de recuperar as virtualidades de um projeto positivo interrompido, mas de avaliar um pacto social construído nos marcos de um pensamento e de uma sociedade autoritários, entre os anos 1920 e 1940, que tanto propiciou a modernidade econômico-social quanto se afinou "com as tradições de nossa mentalidade patriarcalista".³⁸ Ângela parece querer advertir os pensadores das ciências econômicas que o mesmo arcabouço político-cultural que ensejou a ruptura com a ortodoxia liberal em economia, também propiciou a edificação de um modelo de relacionamento entre Estado e sociedade de tipo corporativista e que essa gramática atualizava velhas tradições do poder privado e do personalismo, onerando as gerações futuras. O preço tem sido a persistência de uma fórmula de relacionamento autoritária entre Estado e sociedade, materializada, por exemplo, no *presidencialismo imperial* também denominado *sistema presidencial plebiscitário*.³⁹

A segunda linha temática a percorrer a obra refere-se à avaliação da natureza e significados do nacional-desenvolvimentismo. É possível identificar dois pontos de vista um pouco distintos: autores que atribuem a Vargas a articulação de um projeto de desenvolvimento econômico e social nacional, desde sua passagem pelo governo do Rio Grande do Sul, em 1928, ou desde a Revolução de 1930 (podemos situar entre esses, com matizes próprios, Pedro Cezar Dutra Fonseca, Pedro Paulo Zahluth Bastos, Luiz Carlos Bresser-Pereira e Jorge Ferreira) e autores(as) que interpretam as políticas de Vargas inicialmente como respostas a uma conjuntura de crise internacional, posteriormente mais integradas em um projeto ou apenas frouxamente articuladas (podemos situar nesse grupo Wilson Cano, Francisco Luis Corsi e Lígia Osório Silva).

Os dois primeiros textos de Dutra Fonseca, *Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil* e *Do progresso ao desenvolvimento: Vargas na Primeira República*, investigam as origens do ideário varguista. No primeiro, encontramos uma apresentação sintética das características nucleares do desenvolvimentismo: a) industrialização, b) intervencionismo pró-crescimento, c) nacionalismo.⁴⁰ Em seguida, aparentemente o autor lança-se a uma espécie de "arqueologia das ideias" filosóficas e políticas que propiciaram o arcabouço de um pensamento heterodoxo indispensável para o corte com as matrizes da dominação agroexportadora e imperialista. Nacionalismo, industrialismo, "papelismo" (em oposição ao monetarismo) e positivismo, com sua doutrina da supremacia do Poder Executivo,

36 FERREIRA, Jorge. "Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo". In: BASTOS; FONSECA (orgs.). *A Era Vargas*, p. 322

37 FERREIRA. "Os conceitos e seus lugares", p. 321.

38 GOMES, Ângela de Castro. "Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas". In: BASTOS; FONSECA (orgs.). *A Era Vargas*, p. 87.

39 GOMES. "Autoritarismo e corporativismo no Brasil", p. 86.

40 FONSECA, Pedro Cezar Dutra. "Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil". In: BASTOS; FONSECA (orgs.). *A Era Vargas*, p. 22.

seriam as correntes de ideias precursoras do desenvolvimentismo.⁴¹ No segundo texto, perquirindo sobre o momento em que o conceito positivista de *progresso* dá lugar à ideia qualitativamente nova de *desenvolvimento*, Fonseca admite que, a partir de 1930, o desenvolvimentismo brasileiro "(...) certamente também se abeberou de outras fontes, como o keynesianismo, a social-democracia e mesmo o corporativismo italiano, na época do Estado-Novo, sem contar com os pensadores 'autoritários nacionais (...)'.⁴² Essa "arqueologia" tem uma intencionalidade, que parece ser destacar a tese de que o nacional-desenvolvimentismo pode ser considerado uma doutrina e um projeto entranhado em tradições originais de pensamento socioeconômico brasileiro, amalgamadas criativamente com influências contemporâneas com o sentido de criticar a validade dos dogmas liberais que impediam a formulação de um projeto de desenvolvimento nacional. Ademais, o autor estabelece a hipótese de que "(...) sem uma política consciente e deliberada não se pode falar em desenvolvimentismo".⁴³

Os artigos de Pedro Zahluth Bastos desenvolvem linha de análise convergente com a de Fonseca, contribuindo, não obstante, para o esclarecimento de outros aspectos do debate. O autor empenha-se em reconstruir as conjunturas de crise econômica e a incerteza em que os formuladores se encontravam, bem como em diagnosticar as coalizões de interesses de classe em disputa por soluções ortodoxas ou heterodoxas para a crise. Esse estudo permite compreender, de forma mais nuançada, o tipo de nacionalismo praticado pelo governo Vargas.

Em *Ortodoxia e heterodoxia econômica antes e durante a Era Vargas*, Bastos contesta os intérpretes que identificaram, na crise dos anos 1930, oscilação de uma política macroeconômica inicialmente ortodoxa para outra heterodoxa. O texto seguinte, *A construção do nacionalismo econômico de Vargas*, apresenta formulação sobre a natureza do projeto, que parece já começar a configurar-se nesse primeiro momento, de reação à crise: "O nacional-desenvolvimentismo de Vargas não era xenófobo, nem 'entreguista', e sim flexível, oportunista e politicamente realista".⁴⁴ Dessa forma, a aparente passagem da ortodoxia à heterodoxia seria mais bem compreendida como uma resposta heterodoxa, mas contraditória, a um contexto internacional de incertezas sobre a profundidade e duração da crise, bem como ao conflito entre interesses divergentes de coalizões sociais poderosas. A via trilhada por Vargas pode ser sintetizada na seguinte passagem: "A reação inicial do governo Vargas a essas solicitações contraditórias foi também contraditória: inovou, ao procurar incorporar os interesses dos grupos dependentes do mercado interno, mas manteve a tradição de não romper com os credores externos, limitando a rejeição da ortodoxia".⁴⁵ A que "solicitações contraditórias" refere-se o texto? De um lado, credores estrangeiros e representantes da oligarquia cafeeira paulista, de outro, representantes de grupos oligárquicos estaduais e camadas médias e populares dependentes de medidas de sustentação da renda, com os industriais paulistas passando do apoio ao primeiro agrupamento para o alinhamento com o segundo.

Bastos demonstra que as respostas dos governos da "República Velha" às crises cíclicas do capitalismo e da economia agroexportadora brasileira apresentavam um padrão configurado pelo *funding loan* de Campos Sales e se

41 FONSECA. "Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil", p. 22-24.

42 FONSECA, Pedro Cezar Dutra. "Do progresso ao desenvolvimento: Vargas na Primeira República". In: BASTOS; FONSECA (orgs.). *A Era Vargas*, p. 66.

43 FONSECA. "Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil", p. 23.

44 BASTOS. "A construção do nacionalismo econômico de Vargas", p. 260.

45 BASTOS. "Ortodoxia e heterodoxia econômica antes e durante a Era Vargas", p. 185.

fundamentavam na doutrina econômica liberal ortodoxa, atendendo aos interesses do primeiro agrupamento mencionado acima. Nesse sentido, a própria coalizão de forças que promoveu a Revolução de 1930 exigia um tratamento alternativo da crise, com o atendimento de um conjunto de interesses voltados para o mercado interno. Pode-se, assim, considerar que o ponto alto do capítulo *Ortodoxia e heterodoxia econômica antes e durante a Era Vargas*, está na análise cruzada do horizonte de incertezas dos formuladores das políticas dos anos 1930 (que se desconsidera facilmente em nossa visão retrospectiva, uma vez que sabemos que 1929 foi um "divisor de águas" irreversível) e da atuação de coalizões de forças poderosas na definição dessas políticas. Ao contrário de um Estado relativamente autônomo, vemos uma estratégia nacional-desenvolvimentista sustentada por uma "unidade complexa e contraditória de forças políticas (...) contando com a burguesia industrial emergente, a burocracia política e profissional nascente no próprio seio do Estado, trabalhadores urbanos e setores da velha oligarquia voltados para o mercado interno".⁴⁶

Em seu artigo seguinte, *A construção do nacionalismo econômico de Vargas*, referido como fruto de pesquisa de doutorado, Bastos debate que o nacionalismo econômico varguista não pode ser avaliado pelos meios adotados, uma vez que Vargas "não manteve, ao longo do tempo, adesão a formas particulares de intervenção estatal e de associação com o capital estrangeiro", mas pelos fins visados: desenvolvimento econômico do país, reposicionamento na divisão internacional do trabalho, diversificação das atividades voltadas para o mercado interno, com redução da dependência face ao comércio exterior.⁴⁷ A fim de testar sua hipótese, o autor estuda as políticas adotadas nos ramos básicos para um desenvolvimento econômico moderno: siderurgia pesada, exploração de petróleo e energia elétrica e sumariza uma espécie de "saber tático desenvolvimentista", algo distinto do projeto estratégico, contido nas ações de Getúlio Vargas. Seu nacionalismo seria "politicamente realista, flexível e paciente".⁴⁸

Finalmente, em seu terceiro artigo, *Ascensão e crise do projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas*, Bastos detém-se no período entre a Segunda Guerra Mundial e o 24 de agosto de 1954, analisando os fatores determinantes da crise: acentuação dos conflitos sociopolíticos internos, mudanças desfavoráveis no ambiente internacional e limites estruturais da industrialização.

Na linha temática da avaliação da natureza e significados do nacional-desenvolvimentismo, o artigo de Bresser-Pereira distingue-se por defender três ideias polêmicas: 1930 representou nossa revolução nacional e capitalista; essas revoluções não podem ser realizadas por via democrática, por razões histórico-estruturais e, portanto, um governo autoritário é inevitável; Vargas foi um estadista presciente que compreendeu as circunstâncias históricas e projetou a grande mudança.

Pode-se dizer que Bresser-Pereira alinha-se com os autores que, nesse volume, concebem o nacional-desenvolvimentismo como um projeto bem articulado, enfatizando o papel do *estadista* na história. Dialogando com ideias de Hegel e Marx, conclui o autor: "Podemos distinguir três tipos de líderes políticos: aquele que se antecipa à sua sociedade, o que a acompanha e aquele que a faz voltar para trás",⁴⁹ situando, claro, Vargas entre os primeiros. "Vargas foi um

46 BASTOS. "Ortodoxia e heterodoxia econômica antes e durante a Era Vargas", 215.

47 BASTOS. "A construção do nacionalismo econômico de Vargas", p. 256.

48 BASTOS. "A construção do nacionalismo econômico de Vargas", p. 270.

49 BRESSER-PEREIRA. "Getúlio Vargas: o estadista, a Nação e a Democracia", p. 97.

estadista, porque teve a visão da oportunidade que a Grande Depressão dos anos 1930 abria para o Brasil iniciar sua industrialização e completar sua revolução nacional e capitalista".⁵⁰ A crítica que se pode dirigir a essa formulação não é tanto ao julgamento da estatura de Vargas como estadista, ponto de vista que pode ser justo, mas ao peso explicativo que as qualidades do grande homem ocupam no desencadeamento dos processos históricos – aproximando-se, nesse sentido, de uma visão mais tradicional do estadista como sujeito histórico.

Finalmente, das teses originais de Bresser-Pereira, talvez a mais pertinente seja a de que, segundo uma visão histórico-estrutural, a transição do autoritarismo tradicional para a democracia moderna passa pela "revolução capitalista" (formação do Estado-nação e industrialização), "que ocorre sempre no quadro de regimes autoritários", uma vez que "só depois que o excedente econômico deixa de ser apropriado pela força para ser apropriado pelo mercado – que a democracia torna-se um regime viável e, mais do que isso, consolidado".⁵¹ O autor avalia que "Vargas errou ao decidir embarcar no Estado Novo, mas não teria sido o estadista que foi se houvesse então realizado eleições e transferido o governo para um novo presidente eleito".⁵² O mérito dessa interpretação está em romper com a "visão liberal e normativa" que "supõe que a história seja a simples transição do autoritarismo tradicional para a democracia moderna"⁵³ e pôr a discussão sobre a democracia e seus valores dentro dos marcos dos conflitos e mudanças históricos-estruturais das sociedades. "Governos autoritários" podem concentrar poder indispensável para promover transformações institucionais em regimes constitucionalmente estabelecidos, rompendo as regras do jogo, mas ampliando ou criando condições objetivas para a ampliação dos sujeitos políticos legítimos.

O artigo do historiador Jorge Ferreira, já mencionado, discute a natureza do nacional-desenvolvimentismo não sob a perspectiva dos problemas da história econômica elencados até aqui, mas das polêmicas que envolvem as áreas disciplinares da História, Sociologia, Ciência Política e diferentes sujeitos (sindicalistas, parlamentares, jornalistas) sobre a adequação e o significado das categorias *populismo* e *trabalhismo*.

Ferreira apresenta três ideias centrais: o *nacional-estatismo* como "um conceito teórico";⁵⁴ a caracterização do que é o *trabalhismo* e sua interpretação como "manifestação histórica no Brasil do nacional-estatismo no plano internacional";⁵⁵ e a permanência dessa formação tanto em nível das políticas de Estado, quanto da cultura política.

Em mirada semelhante à apresentada por Bresser-Pereira, o autor entende o projeto dirigido por Vargas como realização de possibilidade aberta a países da periferia do capitalismo pela Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa e a crise do liberalismo para a promoção de um desenvolvimento nacional autônomo, baseado em um Estado forte, contando com mobilização popular. Essa oportunidade teria sido aproveitada, por exemplo, pelas lideranças da Revolução Mexicana, pelos peronistas na Argentina, pelo Partido do Congresso, na Índia, por Mutapha Kemal Ataturk, na Turquia e pela Revolução Cubana.⁵⁶ A esse conjunto de processos o autor dá o nome de *nacional-estatismo* e à sua manifestação no Brasil, *trabalhismo*.

50 BRESSER-PEREIRA. "Getúlio Vargas: o estadista, a Nação e a Democracia", p. 98.

51 BRESSER-PEREIRA. "Getúlio Vargas: o estadista, a Nação e a Democracia", p. 95.

52 BRESSER-PEREIRA. "Getúlio Vargas: o estadista, a Nação e a Democracia", p. 115.

53 BRESSER-PEREIRA. "Getúlio Vargas: o estadista, a Nação e a Democracia", p. 95.

54 FERREIRA. "Os conceitos e seus lugares", p. 309.

55 FERREIRA. "Os conceitos e seus lugares", p. 318.

56 FERREIRA. "Os conceitos e seus lugares", p. 307-308.

O conceito *nacional-estatismo* é apresentado e justificado como alternativa ao populismo, sendo a intervenção nesse debate um traço da contribuição de Ferreira ao volume. Os argumentos podem ser sumarizados em três momentos:

- a) populismo tornou-se uma construção mitológica, resistente ao debate e às provas empíricas, equivalente, no imaginário nacional, ao mito das três raças e do "país bonito por natureza". Essa invectiva parece voltar-se mais contra um dos usos do termo, efetuado no debate político e jornalístico contemporâneo, no qual se tornou comum amalgamar uma série de valores negativos ao populismo e grudá-lo nos adversários, de Lula e Vargas e, nesse sentido, a crítica do autor trata de desconstruir a fábula;
- b) populismo é uma "construção intelectual formulada após 1964"⁵⁷ e vem impregnada de duas cargas negativas, lançadas, por um lado, pelos agentes da ditadura militar, empenhados em destruir o legado trabalhista e justificar o golpe, por outro, pelas esquerdas revolucionárias, por intelectuais, especialmente sociólogos, cientistas políticos da USP e por sindicalistas "autênticos" comprometidos com o balanço das causas do golpe e a construção de alternativas para sua superação. Há, aqui, alguns problemas a considerar. O primeiro é identificar duas linhas de "ataque" à herança varguista muito diferentes em seu escopo e consequências. O debate não é simples e não há como desenvolvê-lo aqui, mas em termos políticos, os militares atacaram a herança varguista por ter se tornado demasiadamente popular, por engendrar o "perigo comunista", por supostamente praticar corrupção e por tentar promover as reformas de base e visavam à construção de um Estado autoritário, insulando burocraticamente a política. A esquerda, no contexto da redemocratização dos anos 1980, atacava a herança varguista por não ser suficientemente popular e classista, por não respeitar a autonomia das organizações dos trabalhadores e por não ter promovido as reformas de base. São linhas opostas. Misturá-las significa descartar inteiramente todos os argumentos da "teoria do populismo" como tão descabidos quanto os dos militares. E nisso, muito de nossa capacidade de pensar criticamente o passado resta desarmada. A genealogia da "teoria do populismo" também é apresentada de forma muito parcial, desconectando o debate nacional do latino-americano, com o qual os intelectuais brasileiros estavam em contato antes de 1964 (os primeiros trabalhos de Gino Germani sobre o populismo, por exemplo, começam a sair no final da década de 1950⁵⁸) e do debate internacional, que se renovou nos anos mais recentes e que, do ponto de vista intelectual, visa a compreensão crítica de fenômenos que não envolvem apenas projetos de Estado (que podem ser entendidos como nacional-estatismo), mas relações e movimentos políticos muito variados e que parecem apresentar características recorrentes.
- c) populismo seria uma categoria generalizante, adotada para definir personagens de tradições políticas muito diferentes. Aqui o autor reúne personagens que não são frequentemente definidos pela literatura mais séria como populistas, tais como os ex-presidentes Eurico Gaspar Dutra, João Figueiredo e Fernando Henrique Cardoso, com outros que recebem essa definição, como Jânio Quadros e Adhemar de Barros. É sintomática a

57 FERREIRA. "Os conceitos e seus lugares", p. 318.

58 Cf. MACKINNON, María Moira; PETRONE, Mario Alberto (comp.) *Populismo y neopopulismo em America Latina: El problema de La Cenicienta*. Buenos Aires: Eudeba, 1999, p. 22.

justificativa do autor para não empregar a mesma categoria para definir, por exemplo, Vargas, Goulart e Brizola, de um lado, e Jânio e Adhemar, de outro, como "populistas": os últimos seriam "políticos regionais paulistas", ao passo que os primeiros perfilariam na grande tradição trabalhista. Não podemos esquecer que Jânio foi presidente da República e Adhemar parceiro de Vargas na autodenominada "aliança populista" de 1950, cogitado como sucessor do presidente em 1955 e candidato a presidente duas vezes. Ou seja, não é descabido admitir que todos tentavam dar forma a necessidades sociais e políticas semelhantes, sendo lógico, portanto, reuni-los sob uma categoria analítica comum.

O trabalhismo é, então, apresentado como a manifestação específica do nacional-estatismo no Brasil, sendo atribuída a esse projeto uma série de realizações altamente positivas. O grupo político que assumiu o poder em 1930 teria inventado o moderno Estado brasileiro: "Naquela década foi criada, no Brasil, uma burocracia técnica, impessoal e baseada no mérito. A fundação do Departamento Administrativo do Serviço Público foi um marco nesse sentido".⁵⁹ Ignora-se, aqui, toda uma literatura crítica que, não obstante o reconhecimento da importância do DASP, atesta a permanência do velho Estado clientelista convivendo e articulando-se com ele por meio da contratação dos funcionários extranumerários, por exemplo.⁶⁰ Seria importante lembrar que o Estado varguista não instituiu o "universalismo de procedimentos", mantendo a conciliação das gramáticas clientelistas, corporativas e do insulamento burocrático.

No mesmo diapasão, são arroladas realizações de Vargas e seu grupo político nas áreas da Educação, Saúde, Previdência, Cultura, com interpretações pouco críticas, como a de que o Estado "realizava políticas públicas de valorização do trabalho e do trabalhador" ou que "surgiu um sistema de educação universal e público com a criação do Ministério da Educação e Saúde".⁶¹ A imagem da "valorização" aparece, aqui, em oposição à de "manipulação", "cooptação", "incorporação" e "regulamentação do mercado de trabalho" com as quais o autor polemiza, mas resulta pouco adequada para a compreensão da realidade das relações entre governantes e governados, Estado e trabalhadores, no período. Em todo o trecho, chama a atenção a falta de referências a trabalhos que ressaltam a distância entre a legislação e a realidade, preenchida no que foi possível pelas lutas dos próprios trabalhadores e trabalhadoras, como também aos analistas da construção da cidadania, que lembram os excluídos do projeto varguista: trabalhadores domésticos, rurais e informais – a maioria da população economicamente ativa da época.⁶²

Assim, fica a impressão de que a rejeição à tradição crítica contida na "teoria do populismo" pode resultar às vezes em uma perda do próprio gume da crítica para a compreensão de nosso passado histórico.

59 FERREIRA. "Os conceitos e seus lugares", p. 296.

60 Cf. BARIANI, Edison. "DASP: entre a norma e o fato". In: ANDREWS, Christina W.; BARIANI, Edison (Orgs.). *Administração pública no Brasil: Breve história política*. São Paulo: Editora da Unifesp, 2010, pp. 39-63.

61 FERREIRA. "Os conceitos e seus lugares", p. 297.

62 Cf. o conceito de "cidadania regulada" em SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça. A política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. O sociólogo Adalberto Cardoso refere-se à proteção conferida pela legislação trabalhista mais como utopia do que como realidade em seu *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. Quanto à Justiça do Trabalho, cf. GOMES, Angela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da (Orgs.). *A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

Uma visão diferente da exposta nos capítulos resenhados até aqui será encontrada nos textos de Wilson Cano, Francisco Luiz Corsi e Lígia Osório Silva. Esses autores enfatizam mais o contexto de crise internacional e latino-americana na reorganização dos padrões de acumulação capitalista dos anos 1930, colocam em questão a periodização e a natureza do projeto nacionalista e industrializante dos governos Vargas e destacam o papel de outros sujeitos, como os militares, nesse processo.

Cano nos lembra que o nacional-desenvolvimentismo constitui um novo padrão de acumulação capitalista e que as rupturas com o anterior modelo primário-exportador decorreram da combinação de oportunidades abertas pela crise internacional com transformações internas processadas no decorrer dos anos 1920, que iam desde a expansão de uma rede de bancos de capital nacional até mudanças na estrutura tributária e na natureza das pressões setoriais sobre o Estado.⁶³

Corsi, em visada semelhante à de Cano, chama a atenção para o contexto de desarticulação da economia mundial, o que induziu mesmo os países centrais do capitalismo, de tradição liberal, como Grã-Bretanha e Estados Unidos, à adoção de medidas protecionistas e de defesa de seus mercados internos. Com mais razão, os principais países latino-americanos adotaram, a partir de 1931, controles de câmbio e importações, políticas expansivas do crédito e da moeda, ampliando a presença do Estado na economia. Duas proposições, porém, destoam do discurso dos textos anteriores: o autor enfatiza que a primeira reação do governo Vargas à crise foi em linha ortodoxa e não revelava uma intenção industrializante definida e que o projeto defendido por Oswaldo Aranha, de industrialização associada aos EUA, acabou por impor-se.⁶⁴

O texto de Lígia Osório Silva retoma o debate sobre o papel dos militares como força revolucionária na desintegração da ordem tradicional e na reorganização do Estado. Os militares teriam sido portadores, nos anos 1920, tanto da insatisfação com o seu papel no Estado brasileiro e sua capacidade de exercer atribuições institucionais próprias quanto da oposição ao particularismo das elites agrárias regionais, em nome da ideia de uma missão de retirar o Brasil do atraso. A autora aponta uma convergência entre o projeto de reforma do Estado por via autoritária, defendido pelo ministro da Guerra de Vargas, Goes Monteiro, e por Vargas. Assim, os militares teriam sido "cúmplices de Vargas", sustentando suas iniciativas.⁶⁵ Lígia Osório nos lembra que Getúlio recuou da possibilidade de intervir mais fortemente nas questões internas das Forças Armadas depois de 1930, temeroso de embates que questionassem sua liderança, tornando-se, assim, vulnerável ao golpe que o depôs em 1945. A autora reconstitui a reforma implementada no Exército por Goes Monteiro, com ampliação dos efetivos, entre outras medidas, lembrando que os militares, na Era Vargas, perseguiram objetivos próprios, representando um poder independente. As Forças Armadas aparecem como um poder que se reorganiza e fortalece no mesmo ambiente histórico em que se constitui o projeto varguista, mas independente do mesmo, às vezes atuando como cúmplice, outras vezes como rival.

63 CANO, Wilson. "Crise de 1929, soberania na política econômica e industrialização". In: BASTOS; FONSECA (orgs.). *A Era Vargas*, p. 138.

64 CORSI, Francisco Luiz. "O projeto de desenvolvimento de Vargas, a Missão Oswaldo Aranha e os rumos da economia brasileira". In: BASTOS; FONSECA (orgs.). *A Era Vargas*.

65 SILVA, Lígia Osório. "A 'política do Exército' no primeiro governo Vargas: 1930-1945". In: BASTOS; FONSECA (orgs.). *A Era Vargas*, p. 34.

Podemos concluir refletindo que as três obras contêm o que Fontana qualificou como um propósito de compreender o presente por uma genealogia do passado, além de um projeto de futuro.⁶⁶ O trabalho de Lira Neto adota uma narrativa épica para recolocar-nos cara a cara com o desfecho trágico do confronto entre o herói do povo e seus opositores, trazendo implícita a pergunta: Por que isso acabou assim? Como compreender essa trama? A história está se repetindo com outros personagens? O que cada cidadão deve saber sobre o que foi para situar-se no presente? O trabalho de Felipe Demier faz um balanço crítico da Era Vargas e, na medida em que considera que determinadas condições históricas possibilitaram a emergência de um Estado acima das classes e atribui a esse fato um peso decisivo, aparta-se com facilidade do artificialismo e autoritarismo desse regime, propondo, como vemos no parágrafo final do livro, o inteiramente novo, "uma nova forma de sociabilidade humana", construída na crítica e ruptura com o passado. Finalmente, o terceiro livro comentado debruça-se sobre a "Era Vargas", avaliando seu legado, confrontando-o com o saldo do neoliberalismo e propondo-se a tirar lições para um projeto implicitamente neodesenvolvimentista.

Enviado: 17/04/2017

Aprovado: 16/06/2017

⁶⁶ Cf. FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: Edusc, 1998.